

# Orçamento para não ser respeitado

O orçamento das empresas estatais para o próximo ano, aprovado pelo presidente da República, é um documento baseado em princípios irreais, que não poderá ser cumprido, nem mesmo que o próximo governo decida adotá-lo. Trata-se, aparentemente, de uma projeção austera de gastos, que cairão de 1,5%, e de investimentos, a ser reduzidos de 11,1%, em termos reais, a qual poderá iludir os que não se aprofundarem na análise das premissas em que se inspira. Na verdade, parece tratar-se de um orçamento feito para não ser cumprido, como não o foi o de 1984... Mais um, aliás.

A primeira falha flagrante está na projeção de inflação para 1985, que, segundo a Sest, será de 158,5% (note-se a precisão...), enquanto a previsão feita juntamente com o Fundo Monetário Internacional (igualmente irrealista) a estipula em 170%. Ninguém, dentro ou fora do governo, acredita na possibilidade de terminar o ano de 1985 com uma inflação de 170%, nem muito menos de 158,5%! É, pois, evidente que o orçamento agora aprovado estará superado já no fim do primeiro semestre do ano... Mas isso não preocupa muito as empresas estatais, pois

no item 21 da exposição de motivos se esclarece que, "com vistas a agilizar o processo decisório, o ministro-chefe da Seplan poderá, de acordo com o presidente da República, aprovar recursos adicionais...". A exemplo do que ocorreu em 1964, tais recursos acabarão sendo obtidos pelas empresas estatais, que, este ano, gastaram 88,5 trilhões de cruzeiros, quando o orçamento fixava os gastos em 26,2 trilhões.

Assim como o orçamento de 1985, também o de 1984 previa uma queda dos dispêndios globais de 3 a 4%, mas estes acabaram aumentando de 5,4%. O sr. Nélson Mortada explicou que esse aumento foi devido a liberações extraordinárias autorizadas pelo presidente da República para a conclusão de Itaipu, Tucuruí e até mesmo da Ferrovia do Aço, que, enfim, será inaugurada. Mas há ainda outras obras em andamento, menores, é verdade, que terão de ser concluídas pelo próximo governo, como por exemplo a implementação daquelas duas hidrelétricas e o complexo de Carajás. Deste modo, aos ditadores da máquina burocrática não faltarão argumentos para justificar pedidos de liberações crescentes,

como não está faltando imaginação ao sr. César Cals para forçar o início das obras de Tucuruí II, empreendimento perfeitamente adiável.

Convém registrar ser esta a primeira vez que o atual governo faz uma projeção de crescimento econômico para 1985, projeção que não fizera nem na carta de intenções assinada com o FMI nem no orçamento monetário. O orçamento das estatais está baseado em um aumento de 5% na taxa do PIB. Esta estimativa serviu de base para o orçamento final, que confia excessivamente no aporte de recursos próprios ou de terceiros para alimentar a caixa das empresas do governo, quase todas deficitárias e muitas quase falidas. Para isso, prevê-se uma política tarifária realista, mas com base no INPC, e não nas taxas reais de inflação.

A falha básica, porém, reside no artifício de fazer estimativas partindo de previsão de uma taxa fictícia de inflação. Assim, calcula-se um aumento da receita operacional de 189,7%, superior ao da inflação, que, na realidade, não ficará apenas em 158,5%. O fato é que todas as estimativas partem de pressupostos otimistas: a inflação cairá, a receita aumen-

tará e os recursos, via financiamento interno e externo, afluirão em condições favoráveis... Arma-se um castelo de cartas que se transfere para o próximo governo e desabará nos primeiros meses do ano, mostrando toda a irreabilidade de um orçamento que parece ter sido feito para não ser respeitado, como não foi o de 1984.

As empresas estatais, que apresentaram este ano um déficit de 3,5 trilhões de cruzeiros, não mudaram nem na sua estrutura nem no seu comportamento. São as mesmas, com os mesmos vícios. Sobreviveram aos anos de crise do governo Figueiredo e representam uma peça fundamental do recrudescimento do processo inflacionário. E, pela leitura do orçamento de 1985, podemos perceber que continuarão desempenhando esse nefasto papel também na administração do sr. Tancredo Neves, hoje um homem rodeado de assessores ideologicamente empenhados na estatização. Se o futuro presidente não se conscientizar disso e reagir, não tardará a ver-se agarrado pelos tentáculos da tecnoburocracia imperante em Brasília. E, como o presidente Figueiredo, perderá também esta luta, o que será uma derrota para todos nós, para o País.